

CONGRESSO

Embate entre tropas de choque

Governo e oposição escalam representantes agressivos para integrarem CPMI que investigará descontos irregulares do INSS

» ALÍCIA BERNARDES*

A comissão parlamentar mista de inquérito (CPMI) que vai investigar fraudes no Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) será instalada amanhã sob a tensão do acirramento dos embates entre o governo e a oposição. Por causa disso, os dois lados estão escolhendo a dedo os integrantes e vão para a disputa política com tropas de choque.

O Palácio do Planalto está confiante de que conseguirá deter os esforços dos bolsonaristas de tentar jogar no colo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva a culpa pelos descontos ilegais de aposentados e pensionistas. Os governistas contarão com um time experiente para atribuir à gestão do ex-presidente Jair Bolsonaro uma grande parcela de culpa pelas irregularidades.

A presidência está entregue ao deputado Omar Aziz (PSD-AM), veterano no comando de CPIs — esteve à frente daquela que investigou a demora de Bolsonaro na compra de vacinas contra a covid-19 e a adoção de métodos ineficazes no enfrentamento da doença. A tropa de choque governista contará, ainda, com os titulares Eduardo Braga (MDB-AM), Renan Calheiros (MDB-AL), Eliziane Gama (PSD-MA), Rogério Carvalho (PT-SE), Fabiano Contarato (PT-ES) e Leila Barros (PDT-DF) — todos senadores.

Mas a oposição trabalha para equilibrar o jogo colocando parlamentares midiáticos e com grande capilaridade nas redes sociais. A força dos adversários do governo está nos representantes dos deputados. Foram indicados para compor o colegiado os bolsonaristas Coronel Chrisóstomo (PL-RO), Coronel Fernanda (PL-MT), Adriana Ventura (Novo-SP) e Marcel van Hattem (Novo-RS). A relatoria da comissão está nas mãos de Ricardo Ayres (Republicanos-TO), deputado de primeiro mandato indicado pelo presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB).

Ação rápida

O principal argumento do governo na CPMI é de que, assim que o escândalo dos descontos indevido veio à tona, agiu rápido para

Geraldo Magela/Agência Senado



Renan e Aziz voltam a uma CPI depois à da Covid. Governistas, são considerados trunfos do Palácio do Planalto para conter os danos dos bolsonaristas

suspender os repasses e não foi complacente com o então ministro da Previdência, Carlos Lupi. O atual titular da pasta, Wolney Queiroz — que era secretário-executivo à época —, em entrevista ao Correio na edição de domingo, afirmou que todos os dados estarão à disposição da comissão de inquérito e prontos para serem discutidos.

“Vamos abrir todos os dados do ministério. Estamos nos preparando, ao longo desse período, para disponibilizar todos os dados que a CPI requisitar. É nosso dever constitucional e institucional fornecer as informações, mas pode ser feito com má vontade ou com

boa vontade. Será feito com boa vontade. Queremos elucidar, dar transparência. O que for necessário para colaborar com o inquérito parlamentar, nós vamos fazer. Nós temos uma boa história para contar. Todos os sindicatos estão sendo investigados. Todas as associações tiveram os ACTs (Acordos de Cooperação Técnica) suspensos, e todos os dirigentes delas serão investigados”, salientou.

Wolney admite, porém, que o jogo será pesado, sobretudo por conta do período adverso para a oposição. O começo do julgamento de Bolsonaro, em 2 de setembro, no processo que apura

a tentativa de um golpe de Estado chefiada por ele, em 2022, e a atuação do filho 03 do ex-presidente, deputado Eduardo Bolsonaro (PL-SP), contra o Brasil junto do governo norte-americano, colocou os adversários do governo contra as cordas e lhes vem impondo grande desgaste político.

“Sempre tive preocupação com isso, desde a minha ida ao Senado. Tinha uma semana como ministro, e me perguntavam se eu era contra ou a favor da CPMI. Eu disse: ‘Olha, do ponto de vista do que é uma CPI, eu sempre sou a favor, porque passei 24 anos defendendo a CPI. Ela é um instrumento do

Parlamento. Então, não posso, agora que estou no Executivo, dizer que ela não serve’. Mas já vi CPIs muito ruins, que não chegaram a um objetivo, que foram improdutivas e até nefastas. E qual é a medida do ruim e do bom? É o ambiente político do momento. E o ambiente político do momento tem tudo para atrapalhar o que seria uma boa CPI, porque estamos vivendo em ambiente de guerra, belicista, beligerante. A primeira vítima vai ser a verdade. Vai ser muito difícil lidar com uma comissão parlamentar de inquérito num ambiente de tensionamento político que tem se escalado. E imagino que o clima na CPI



Tinha uma semana como ministro, e me perguntavam se eu era contra ou a favor da CPMI. Já vi CPIs muito ruins, que não chegaram a um objetivo, que foram improdutivas e até nefastas. E qual é a medida do ruim e do bom? É o ambiente político do momento. E o ambiente político do momento tem tudo para atrapalhar o que seria uma boa CPI, porque estamos vivendo em ambiente de guerra, belicista, beligerante”

Ministro Wolney Queiroz,
da Previdência, comentando ao **Correio** sobre o que espera da CPMI do INSS

vá ser muito tenso, muito pouco, digamos assim, litúrgico”, explicou.

O pedido de criação da CPMI foi apresentado em 12 de maio pela senadora Damares Alves (Republicanos-DF) e pela deputada Coronel Fernanda (PL-MT), ambas bolsonaristas. Elas destacam que investigações da Polícia Federal (PF) e da Controladoria-Geral da União (CGU), divulgadas em abril, apontaram a existência de um esquema de cobrança de mensalidades não autorizadas sobre os benefícios de aposentados e pensionistas.

***Estagiária sob a supervisão de Fábio Grecchi**

Adultização: Motta quer votar PL, bolsonaristas resistem

» FÁBIO GRECCHI
» VÍCTOR CORREIA

A garantia dada pelo presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), de que levará, ainda esta semana, à votação um projeto de lei com vistas a fazer com que as plataformas de internet ajam contra a adultização de crianças e adolescentes, pode enfrentar problemas. Isso porque a oposição pretende atrelar à apreciação do projeto de lei — possivelmente o PL 2.628/22, que está adiantado e tem até mesmo relatório apresentado na Comissão de Comunicação — temas de seu interesse, como a votação da proposta de emenda constitucional (PEC) do fim do foro privilegiado.

Mas esse não é o único ponto de resistência da oposição. Há o temor de que o projeto sobre a adultização torne-se uma espécie de “cavalo de Troia” e que receba alguma emenda sobre a regulamentação das redes sociais. Embora o PL 2.628 seja muito específico quando versa sobre as restrições que impõe às plataformas, caso vá mesmo à votação os bolsonaristas querem discutir a supressão do texto da expressão “dever de cuidado” — que obriga as redes de agir com diligência e responsabilidade para evitar causar danos às pessoas. O relator, deputado Jadyel Alencar (Republicanos-PI), propõe que seja retirada. Os opositoristas veem nela uma porta aberta à regulamentação, mas os governistas querem mantê-la.

Preocupação

A preocupação sobre a regulamentação das plataformas fica ainda mais latente quando o presidente Luiz Inácio Lula da Silva toca no tema

— o que voltou a fazer, ontem, ao receber o presidente do Equador, Daniel Noboa. Para ele, a regulamentação das redes sociais “é o grande desafio contemporâneo de todos os Estados”. Conforme salientou, “nossas sociedades estarão sob constante ameaça sem a regulação das big techs”.

Lula disse ter falado a Noboa, na reunião que tiveram no Palácio do Planalto, sobre a “urgência com que o governo e a sociedade brasileira vêm procurando enfrentar a criminalidade na esfera digital”. “Nossas sociedades estarão sob constante ameaça sem a regulação das big techs. Esse é o grande desafio contemporâneo de todos os Estados. As redes digitais não devem ser terra sem lei, em que é possível atentar impunemente contra a democracia, incitar o ódio e a violência. Erradicar a exploração sexual de crianças e adolescentes é uma imposição moral e uma obrigação do poder público”, afirmou.

Lula e Noboa também deram destaque à área da segurança pública, especialmente o combate ao crime organizado. “Reforcei ao presidente Noboa a oferta brasileira de cooperação em segurança pública. Vamos reabrir a adidância da Polícia Federal em Quito, e já promovemos treinamento sobre a investigação de crimes financeiros”, comentou Lula.

O presidente equatoriano, por sua vez, agradeceu a oferta de cooperação do Brasil, mas não tocou no assunto das redes. “Estamos também muito contentes de poder cooperar no tema da segurança. O tema da segurança no Equador é um tema problemático, e essa é uma luta que não se pode lutar sozinho”, afirmou. Noboa comentou ainda que as divergências ideológicas com Lula são “página virada”.

Ricardo Stuckert/PR



Ao receber Noboa, Lula afirmou que a regulamentação das redes é essencial para proteger os estados nacionais

Hytalo e marido mudam de cadeia

O influenciador Hytalo Santos e o marido dele, Israel Nata Vicente, conhecido como Euro, foram transferidos ontem da cadeia pública de Carapicuíba, na Grande São Paulo, para o Centro de Detenção Provisória (CDP) de Pinheiros, na Zona Oeste da capital. Hytalo estava chorando no momento em que deixou a prisão. Os dois foram presos em 15 de agosto, em Carapicuíba, pela Polícia Civil paulista, que cumpria mandado de prisão preventiva decretado pela Justiça da Paraíba.

Segundo o juiz Antônio Rudimacy Firmino de Sousa, juiz da 2ª Vara da Comarca de Bayeux (PB), a transferência de Hytalo e Israel para a Paraíba deve acontecer o mais rápido possível. A expectativa é de que ocorra ainda esta semana.

Os dois foram removidos por volta de 13h30. Hytalo e Israel são investigados pelo Ministério Público da Paraíba (MP-PB) e pelo Ministério Público do Trabalho (MPT) sob a acusação de exposição de menores de idade

e tráfico humano em conteúdos produzidos para as redes sociais. O caso envolvendo os dois veio à tona depois que o youtuber Felipe Bressanim Pereira, conhecido como Felca, mostrou que o conteúdo que Hytalo postava nas redes sociais permitia que os algoritmos das plataformas o compartilhassem com pedófilos e abusadores.

Alias, Felca, por conta da denúncia que fez, passou a ser ameaçado de morte. Por isso, o Tribunal de Justiça de São Paulo (TJ-SP)

determinou que o Google quebre o sigilo de dados de um usuário do serviço de e-mail da empresa, que teria afirmado que mataria o influenciador.

A liminar foi concedida depois de pedido dos advogados de Felca. Segundo o TJ-SP, o processo tramita sob segredo de Justiça — o que representa que os documentos nos autos são de acesso restrito às partes e advogados.

Procurado, o Google informou que não vai comentar a determinação judicial.

» Deputado propõe criar Cide Digital

O deputado Márcio Jerry (PCdoB-MA) apresentou um projeto de Lei propondo a criação da Cide Digital — contribuição de intervenção no domínio econômico voltada para plataformas de internet que faturam mais de R\$ 100 milhões anuais e têm, ao menos, 1 milhão de usuários no país. A alíquota seria de 5% sobre a receita bruta. Os recursos teriam destinação vinculada: 40% para o Fundo Nacional de Regulação e Justiça Fiscal Digital, 30% para o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, 10% para a Política Nacional de Educação Digital, 10% para o Programa Internet Brasil e 10% para o Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações.